

Documentação	
AMBIENTAL	
Fonte	O Globo
Data	29/1/99 Pg 20
Class.	32

Polícia investigará dono de terrenos no Recreio por crimes ambientais

Ex-presidente da Feema também responderá a inquérito na polícia

Eric Brücher Camara

• A promotora Rosani da Cunha Gomes, da Equipe de Proteção ao Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público, pediu à polícia a abertura de inquéritos para apurar as responsabilidades criminais do empresário Pasquale Mauro e do ex-presidente da Feema Eduardo Turano, nas atividades de aterro e lançamento ilegal de dejetos no Recreio dos Bandeirantes. Depois de sobrevoar ontem, com técnicos da Feema, os terrenos na Estrada Benvido de Novaes, o secretário estadual de Meio Ambiente, André Corrêa, afirmou que apresentará queixa-crime contra o dono dos terrenos e que abrirá uma sindicância interna na Feema para rever e cassar a licença de instalação, concedida durante a gestão de Turano sem a realização de um estudo de impacto ambiental. Ambos poderão ser enquadrados na Lei de Crimes Ambientais.

— Não quero ser precipitado, mas aviso que nós vamos jogar duro para que a impunidade em casos como esse não continue. Esse caso será emblemático e vai marcar a mudança da postura conivente da Feema em relação aos degradadores do meio ambiente — afirmou Corrêa.

O próximo embate de Pasquale Mauro com o Ministério Público deve acontecer na próxima semana. Rosani aguarda laudo da Feema para constatar se foi cumprido o acordo de 1997 no qual o empresário se comprometia a recuperar o terreno da Avenida das Américas 10.333, na Barra. No local, eram realizados extração e beneficiamento de areia.

Empresário pode ser multado em R\$ 500 por dia

A Feema enviará ao Ministério Público na próxima semana correspondência informando que o novo cronograma do plano de recuperação ambiental — interrompido durante todo o ano passado — não foi apresentado dentro do prazo. O empresário deverá ser intimado a pagar multa diária de R\$ 500 por dia após o término do prazo (dezembro de 98) e poderá responder a outro inquérito.

Enquanto o secretário sobrevoava a área, uma equipe da Feema vistoriou os terrenos da Benvido de Novaes por terra. Funcionários dificultaram a entrada dos técnicos, que no entanto acabaram constatando que as atividades irregulares estavam interrompidas. Entre as principais acusações estão o aterro não autorizado de uma área de 40 hectares, o despejo de dejetos orgânicos e entulho na área. Pasquale diz que tem toda a documentação legalizando as atividades e que os projetos para o terreno já foram apreciados pela Prefeitura.

As atividades no lugar foram interrompidas anteontem pela Justiça por força de uma liminar expedida pelo juiz Carlos Eduardo da Fonseca Passos, da 1ª Vara de Fazenda Pública, obtida através da ação do Ministério Público. A denúncia foi apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. ■